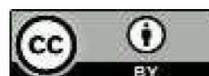


Do Território Usado ao Território Espetacularizado: um estudo de caso do centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão¹

From used territory to spectacularized territory: a case study of the historic center of the city of São Luis, Maranhão



Karoliny Diniz Carvalho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
karolinydiniz@gmail.com

Felipe Gomes do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
felipegomes.14@hotmail.com

Ana Karina de Oliveira Maia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
akakaomaia@gmail.com

Ricardo Lanzarini
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
ricardo.lanzarini@ufrn.br

RESUMO

O interesse pelo patrimônio cultural estimula projetos de revitalização de áreas urbanas face às oportunidades sociais, econômicas e culturais. Assim, assiste-se à sua inserção na lógica local/global, destacando a sua apropriação pelo turismo. O presente artigo possui o objetivo central de refletir sobre os conflitos entre o uso social e o uso turístico do patrimônio histórico no centro histórico de São Luís (MA). A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso qualitativo, utilizando a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Por meio do levantamento de fontes primárias e secundárias, obteve-se um panorama sobre a dinâmica atual de conservação e valorização do patrimônio local. A investigação adota como pressuposto teórico as

¹ Trabalho parcialmente publicado nos anais do Fórum ABRATUR (2023).

categorias território usado e território espetacularizado (Santos, 2000; Ribeiro, 2003) para problematizar acerca dos modelos de revitalização de áreas patrimoniais (Peixoto, 200; Almeida, 2017) e aborda as ações do programa de revitalização e os conflitos que ocorrem em virtude do processo de gentrificação do patrimônio histórico-cultural e dos usos sociais e turísticos. Relaciona, também, a gestão urbana com o imperativo de promover o desenvolvimento centrado na escala humana como instrumento de transformação social e territorial. Conclui-se que as ações de planejamento e gestão urbanas no centro histórico de São Luís não contribuem de modo eficaz para a sustentabilidade daquele espaço considerando as demandas dos seus moradores e a dinâmica do turismo local. Atenta-se para a necessidade de implementação de estratégias sistemáticas de conservação e incorporação do patrimônio histórico à vida contemporânea com vistas ao desenvolvimento endógeno e integrado.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Território, Território, Gentrificação, Centro histórico.

ABSTRACT

The interest in cultural heritage stimulates revitalization projects in urban areas, given the social, economic and cultural opportunities. Thus, its insertion in the local/global logic is witnessed, highlighting its appropriation by tourism. The main objective of this article is to reflect on the conflicts and tensions between the social use and the tourist use of the historical heritage in the historic center of São Luís (MA). The research was characterized as a qualitative case study, using bibliographic research and documentary research. Through the survey of primary and secondary sources, an overview of the current dynamics of conservation and valorization of local heritage was obtained. The research adopts as initial theoretical assumption the categories used territory and spectacularized territory (Santos, 2000; Ribeiro, 2003) to problematize about the models of urban renewal or revitalization of heritage areas (Peixoto 200; Almeida, 2017) and It addresses the actions of the revitalization program and the conflicts that occur due to the gentrification process of historical-cultural heritage and social and tourist uses. It relates urban management and the imperative of development centered on the human scale as an instrument of social and territorial transformation. It concludes that urban planning and management actions in the historic center of São Luís do not contribute effectively to the sustainability of that space considering the demands of its residents and the dynamics of local tourism. It follows the need for systematic strategies for conservation and incorporation of historical heritage into contemporary life with a view to endogenous and integrated development.

Keywords: Cultural heritage, Territory, Preservation, Gentrification, Historic center.



INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, é possível observar a centralidade dos processos de renovação e revitalização urbana, face à dinâmica estabelecida entre o setor público e o setor privado e da relevância da cultura como recurso econômico. Essa circunstância também foi motivada e, em alguns casos, legitimada, como alternativa de desenvolvimento social, notadamente em países emergentes como o Brasil.

Sob este prisma, uma das principais questões estruturantes diz respeito ao papel do empresariamento urbano (Harvey, 2005) e a sua intervenção nas estratégias de apropriação e ressignificação de espaços urbanos patrimonializados, as quais vem ganhando contornos particulares dadas as condições oferecidas pelo modo de produção flexível do capitalismo. Essa propositura conjuga com a percepção de Peixoto (2000, p.23), para quem a dinâmica patrimonial também é resultado do “[...] crescimento e da amplificação de um espírito de concorrência mercadológica entre diferentes espaços, em relação aos quais o status de patrimônio mundial se apresenta como mais-valia [...]”. Ainda de acordo com o autor, as propostas de conservação e revitalização de áreas históricas, não raro, transformam os espaços de vida em locais de atração de investimentos privados, acirrando a competitividade mercadológica, ao tempo em que as demandas comunitárias são desconsideradas no tocante à sua permanência nos espaços requalificados.

Assim, à noção de território usado (Santos, 1996) sobrepõe-se a de “território da ação estratégica” (Ribeiro, 2003), moldado pelas feições globalizadas, homogeneizadas, empobrecidas de experiências e da insuficiência de participação ativa dos moradores nas decisões que impactam na sua realidade cotidiana. A mercadorização dos espaços urbanos torna as cidades locais propícios à acumulação de capital, valorizando as trocas comerciais em detrimento de sua função social.



É a partir desse entendimento que se insere o centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão. A sua importância remonta aos séculos XVII, XVIII e XIX, períodos em que a cidade de São Luís vivenciou um tempo de efervescência socioeconômica e cultural. *A posteriori*, com seu declínio, resultou em um espaço cuja representatividade – em termos de manutenção dos aspectos tradicionais da cultura local e de preservação do acervo arquitetônico – alicerçou a sua incorporação à atividade turística, sobretudo nos anos de 1990, impulsionada pela obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] em 1997 (Guedes, 2001).

À vista disso, um dos fatores primordiais que norteou a revitalização deste espaço urbano foi a promoção do desenvolvimento socioeconômico, sobretudo, por meio da sua articulação com o turismo. Nessa concepção, o centro histórico de São Luís foi ressignificado por meio de ações de preservação e inseriu-se no mercado globalizado, com implicações sociais e econômicas que vêm, desde então, atingindo e afligindo diretamente os moradores deste território. Assim, promover a preservação cultural em tempos de fragmentação das cidades, da instabilidade e volatilidade das relações sociais, torna-se um desafio diante da necessidade de incorporar as subjetividades e as demandas dos diferentes atores sociais como estratégias balizadoras de uma nova concepção de desenvolvimento.

Em face desta percepção, o artigo em tela possui o objetivo central de refletir sobre os conflitos e as tensões existentes entre o uso social e o uso turístico do patrimônio histórico no centro histórico de São Luís, Maranhão. As considerações tecidas ao longo do trabalho têm como aporte os estudos de Milton Santos (1999) e Ribeiro (2003) no tocante à necessidade de pensar o território como categoria que comporta a existência humana, a práxis social atrelada à ação política e se alicerça nas dinâmicas entre as horizontalidades e as verticalidades. Nessa concepção, o território configura um campo de forças e embates entre as práticas dos atores sociais que tecem a dinâmica



local e os atores hegemônicos que impõem uma lógica totalizadora e excludente.

Pauta-se também nas ideias de Soares e Azevedo(2020), as quais advogam a necessidade de impulsionar os processos participativos para a materialização da sustentabilidade urbana. As contribuições destes autores tornam-se fundamentais para pensar as estratégias de revitalização que dialoguem diretamente com as comunidades e as tornem protagonistas de processos de desenvolvimento local.

A discussão alinhavada organiza-se sob a forma de seções. A problemática foi exposta nesta introdução e conduzida a partir de procedimentos metodológicos apresentados na próxima seção do artigo. Em seguida, contextualiza-se e discute-se as principais categorias do estudo, situando o centro histórico de São Luís no processo de regeneração urbana. Posteriormente, apresentam-se os resultados da investigação. Nas Considerações Finais, expõe-se a sistemática do trabalho realizado, ao tempo em que aponta algumas possibilidades de pesquisas aos investigadores afetos à temática.

Desse modo, pretende-se contribuir para o aumento dos debates sobre o planejamento urbano, a partir de um olhar crítico e reflexivo sobre as ações humanas que incorporam novas racionalidades nos modos de organização, produção e consumo dos espaços no cenário contemporâneo.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS



Processos de regeneração urbana: a cultura como recurso estratégico

As cidades constituem um sistema integrado e complexo de rupturas e continuidades, mudanças e transformações (Lefebvre, 2000; Santos, 2006). Conforme observa Carlos (2018, p.121): “o espaço urbano de palco da atividade humana passa a ser analisado enquanto produto histórico e social, desigual e contraditório, lugar privilegiado das lutas de classes e movimentos sociais.” Nas suas teorizações sobre a cidade, Lefebvre (2013) aborda a tríade espaço vivido/percebido/concebido como dimensões intrínsecas ao urbano, buscando a partir dela o entendimento acerca da complexidade da dinâmica urbana, em termos do movimento dialético e dos tensionamentos existentes entre esses espaços. Ressalta-se o olhar marxista e dialético ao examinar a complexidade da cidade, o qual nos traz importantes reflexões no que se refere à divisão social do trabalho, às contradições e desigualdades que são inerentes às formas de uso, apropriação e ocupação dos espaços:

[...] El espacio es un *producto social*. No se plantea pues como mero hecho de la naturaleza modificada ni como resultado de una cultura, sino del *producto* de una segunda naturaleza (la sociedad urbana) que es y a la nuestra – y como producto no hace referencia a un simple objeto o cosa, sino a un conjunto de relaciones (Lefebvre, 2013, p.47).

Em diálogo com Milton Santos (1999), entende-se que o espaço é formado por objetos materiais e simbólicos, sendo fruto das ações humanas e resultado dos processos históricos sociais. Trata-se, portanto, de um espaço que é praticado, vivido e dinâmico, moldado a partir dos interesses e das intencionalidades dos diversos atores sociais.

Já a categoria território, na visão do autor, constitui uma arena, “um campo de forças, como o lugar do exercício do poder, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (Santos, 1999,p.19). Como



categoria de análise geográfica, o território é multidimensional e dialético, tendo em vista os seus diferentes usos e significações. Além de revestir-se de horizontalidades e verticalidades, o território é assumido como *lócus* da práxis e do agir político, do exercício do poder, tal como nos orienta Ribeiro(2003).

Desse modo, e, com base nas concepções de espaço geográfico e território alinhavadas por Santos (2018), os centros históricos apresentam elementos fixos, estacionários, que formam a paisagem e a ambiência urbana – monumentos, equipamentos urbanos, estruturas de bens eserviços – e móveis, uma vez que por meio e através deles observam-se constantes fluxos de relações sociais e culturais, circulação de bens simbólicos, trânsito de visitantes e manifestações culturais. Esse conjunto de elementos convive dialeticamente, tornando o espaço urbano dinâmico e polissêmico.

Assim, compreende-se o patrimônio cultural não apenas como a síntese de processos sociais e culturais, de traços remanescentes de um passado compartilhado pelo agrupamento social, mas como símbolo revelador de práticas cotidianas, do conagraçamento popular e do entrelaçamento de vivências coletivas, festas, rituais, relações de poder, força, tradições e contradições.

Ressalta-se que ele materializa também as estratégias de valorização de uma determinada memória e de afirmação de identidade em permanente processo de transformação. Como campo de forças, o patrimônio cultural se insere no jogo dialético em que as vivências comunitárias, as existências materializadas nos territórios, interagem com as estruturas globais e com as novas relações socioespaciais impostas pelo Estado, pelas empresas e por outros atores sociais hegemônicos, os quais produzem novas territorialidades, novas formas de existência e de resistência. Essa propositura se associa a Peixoto (2000, p.23), para quem a dinâmica patrimonial também é resultado do “[...] crescimento e da amplificação de um espírito de concorrência



mercadológica entre diferentes espaços, em relação aos quais o status de patrimônio mundial se apresenta como mais-valia”.

Constata-se este fato, por exemplo, nas estratégias de restauração e revitalização de acervos arquitetônicos presentes nos núcleos urbanos iniciais de diversas cidades históricas e que objetivam o resgate e a salvaguarda de um passado histórico instituído e impresso sob o signo da autenticidade e da identidade local ou nacional. As políticas patrimoniais determinam os sentidos que irão circular nos espaços urbanos, dentre os quais se destaca o turismo como prática social e econômica que impulsiona novos usos aos bens culturais e a produção de novas territorialidades. Seguindo o diálogo entre o patrimônio cultural e o turismo, assiste-se a um processo de valorização das áreas históricas na perspectiva do desenvolvimento urbano e da valorização dos patrimônios, territórios e comunidades:

Temos hoje, um território tenso, onde os objetos novos buscam expulsar ou substituir os objetos velhos e onde ordens verticais pragmáticas se impõem sobre as ordens horizontais da cultura, onde as mudanças são rápidas e a valia é instável. Nesse território, há concentração de valores em certos pontos e despojamento em outros, um território que distribui valores, mas a partir de um comando que não tem relação com a vontade nacional (Santos[s.d.],p.05).

Nesse cenário, a cultura é vista como recurso (Yúdice, 2006), fato que desencadeia o entrelaçamento entre o patrimônio cultural e o mercado de bens simbólicos. De acordo com Vivant (2012, p.19), “a cultura é utilizada no quadro de políticas urbanas como ferramenta de valorização do espaço” e passa a ser o eixo central das propostas de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida para os moradores de centros históricos.

As estratégias de renovação urbana e de revitalização constituem um mecanismo de preservação do patrimônio cultural que se reflete na produção de novos cenários, ou novas paisagens, como a articulação entre a tradição e a modernidade, preservação e mudança. Associado à



globalização econômica e às novas tecnologias da informação e comunicação, o aumento da competitividade entre as cidades resulta na transformação de bairros culturais e dos espaços patrimonializados em territórios ou pólos de entretenimento, ócio, lazer e de consumo cultural.

Diante da crescente articulação entre o processo de globalização, a dinâmica das cidades e as estratégias para a manutenção da reprodução do capital, Almeida (2017) enfatiza que a patrimonialização das cidades orientada para o mercado negligencia a resolução dos problemas locais e se volta para a engrenagem global de reprodução do sistema capitalista à medida em que

[...] As intervenções e infraestrutura na cidade constituem-se sob o pretexto de requalificá-la, tornando-a mais atrativa para investimentos de capital, buscando valorizá-la economicamente. Esses processos são inseridos em um contexto de políticas urbanas que se comportam cada vez mais como agentes econômicos, ao aplicar métodos do mercado financeiro e ferramentas do *Marketing Estratégico* e *CityMarketing*, ferramentas similares a de empresas (Almeida, 2017, p. 83-84, grifo do autor).

Os modelos de renovação urbana ou de revitalização de áreas patrimoniais adotados nos países ditos subdesenvolvidos se acentuam a partir da década de 1990, e atendem a um anseio neoliberal fundamentado no conceito tradicional de desenvolvimento predominantemente econômico, escapando aos benefícios e oportunidades sociais de forma igualitária para as comunidades que vivem nos espaços urbanos e para além deles. Este mecanismo mantém muitos locais atrelados à lógica periférica, como abordada por Milton Santos (2000), submetidos às perspectivas neoliberais.

O acirramento da concorrência e da competitividade se estende desde os países e empresas e passa a abranger os lugares. Conseqüentemente, novas formas de planejamento e de gestão urbana florescem com a



denominação de planejamento estratégico voltado para as demandas do mercado globalizado, para o *city marketing*, os quais culminam na elaboração de planos, programas e projetos que implicam processos de gentrificação de áreas degradadas sob o discurso do desenvolvimento local. Entretanto, na prática, estes projetos transformam os lugares e os territórios em produtos para fins de atração de empresários, investidores e de turistas/visitantes interessados em experiências com base no legado cultural (Vainer, 2000; Peixoto, 2000; Lima, 2014).

A seguir, o eixo de reflexão se direciona para o centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão, com vistas a analisar as interferências positivas e negativas do programa de revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural.

O PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS (MA)

Com uma área de aproximadamente 220 hectares, o centro histórico de São Luís se localiza no noroeste da Ilha de São Luís, no platô fronteiro à foz dos rios Anil e Bacanga. A sua formação data do primeiro quartel do século XVII e das construções que foram sendo edificadas a partir da expansão urbana da cidade no decorrer dos séculos XIII, XIX e início do século XX (Andres, 1998). Atualmente, ele é formado por onze bairros – Praia Grande, Desterro, Centro, Madre Deus, Goiabal, Lira, Apicum, Coréia, Vila Passos, Fabril, Diamante e Camboa -, estando inserido em zonas de preservação em nível federal e estadual. O conjunto tombado é formado por cerca de 5.607 imóveis, sendo 978 localizados nos 60 hectares da área de proteção federal e 4.629 imóveis na área de proteção estadual com 160 hectares (Andres, 1998). (Figura 1).



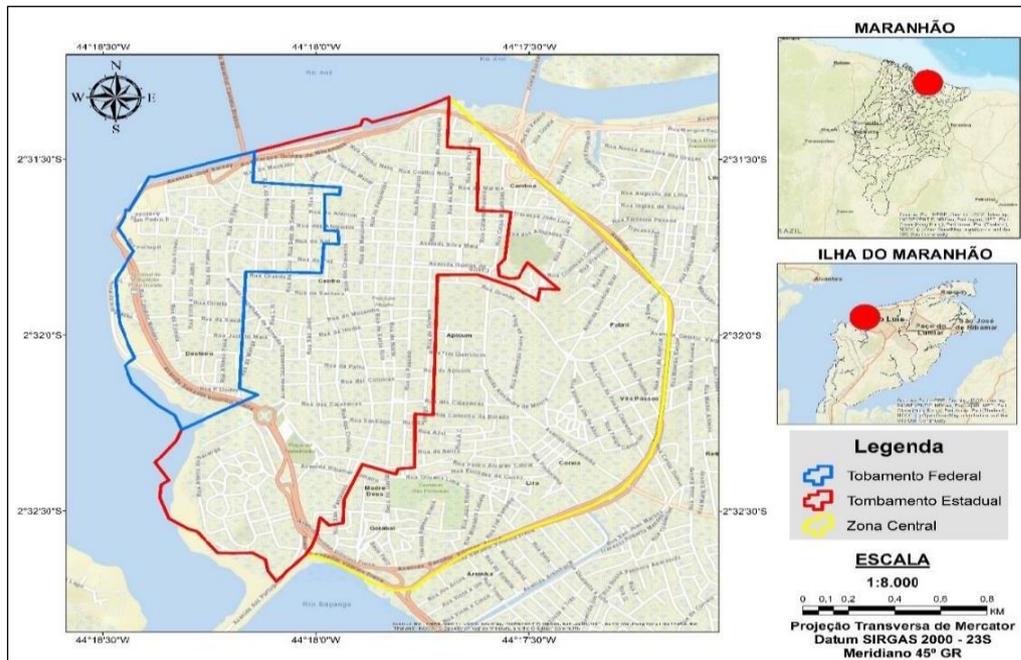


Figura 1. Áreas de Proteção do Centro Histórico de São Luís.
Fonte: Sombra, Masullo, Lopes (202, p.1923).

A sua importância remonta aos séculos XVII, XVIII e XIX, períodos em que a cidade vivenciou um tempo de efervescência socioeconômico e cultural (Guedes, 2001). Com seu posterior declínio, resultou no espaço cuja representatividade – em termos de manutenção dos aspectos tradicionais da cultura local e de preservação do acervo arquitetônico – balizou a concepção e a operacionalização de um programa de revitalização para o Centro Histórico de São Luís e, mais recentemente, incorporando também objetivos marcadamente turísticos (Guedes, 2001).

Dentre as primeiras iniciativas de preservação do patrimônio, destaca-se o tombamento estadual da área urbana com 160 ha no ano de 1968; em 1974, verifica-se o tombamento em nível federal, beneficiando uma área de 60 ha. No ano de 1979, ocorreu a Primeira Convenção Nacional da Praia Grande, evento no qual “especialistas de todo o país se reuniram para



debater a proposta de revitalização do Centro Histórico elaborada pelo arquiteto John Gisiger” (Andrés, 1998, p. 105).

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH/SL), denominado Projeto Reviver, iniciou as suas atividades no final da década de 1980, abrangendo os bairros da Praia Grande e do Desterro, uma vez que essas áreas apresentavam bastante deterioradas e degradadas, com graves problemas de congestionamento de veículos, submoradias, prostituição e violência.

O projeto contemplou a realização de obras de calçamento, pavimentação, além da revitalização de casarões históricos, no sentido de agregar valor ao patrimônio local, reintegrando-o à dinâmica social da comunidade. Incentivou, ainda, a localização e concentração espacial das funções administrativas dos níveis do governos federal, estadual e municipal, alegando que a proximidade com o centro comercial da cidade iria viabilizar um intenso comércio de varejo e uma demanda por estacionamento.

As diretrizes que emergiram a partir desse encontro enfatizaram predominantemente a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural que determinariam as diferentes expectativas em relação a essa área; buscavam promover a diversificação das atividades existentes e beneficiar a população local, adotando como estratégia manter as características mais singulares possíveis do espaço, o que implicaria em manter o cotidiano dos moradores do local.

Segundo essas proposições, haveria uma gestão descentralizada e compartilhada do espaço urbano; além disto, buscava-se integrar o projeto do centro histórico com o restante da cidade e dirimir as forças da especulação imobiliária. Ainda era meta do grupo incentivar atividades turísticas de pequeno e médio porte; garantir o comprometimento da administração pública; e reforçar as diretrizes através do contencioso fiscal (Maranhão, 1981).



A manutenção desse espaço urbano passou a ser um dos elementos propulsores do turismo, que promove o patrimônio cultural como uma das singularidades da cidade com vistas a atrair visitantes interessados em conhecer o legado cultural. Conseqüentemente, evidencia-se um “empreendedorismo urbano” (Harvey, 2005) no âmbito das políticas patrimoniais as quais, não raro, transformam os espaços de vida em locais de atração de investimentos privados, acirra a competitividade mercadológica, ao tempo em que desconsideram as demandas comunitárias no tocante à sua permanência nos espaços requalificados:

Nessa concepção, a cidade adquire a forma de mercadoria, cidade-objeto, empresa, e enquanto tal possui objetivos explícitos: competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; atrair novas indústrias e negócios; adquirir competitividade em termos de preço e qualidade dos serviços e dispor de potencial de captação e retenção de uma força de trabalho adequadamente qualificada.

Seguindo esse direcionamento “[...] A *parceria* público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão” (Vainer, 2007, p. 87). Assim, na prática, as intervenções que se seguem transformam os lugares e os territórios em produtos para fins de atração de empresários, investidores e de turistas/visitantes interessados nas experiências que a cidade-empresa poderá proporcionar.

Ainda segundo o autor, redefinem-se os conceitos de poder público e cidade, à medida que a cidade se transforma em sujeito/ator econômico, negando a sua condição de espaço político; as suas dinâmicas passam a operar numa nova racionalidade mediante a associação com grupos empresariais privados, excetuando-se os “segmentos de escassa relevância estratégica”, nesse caso, os moradores de regiões revitalizadas.



Arantes (2007) observa que esses processos se caracterizam por trocas desiguais simbólicas, tais como a manipulação de linguagens simbólicas de exclusão e habilitação (*entitlement*, a promessa de empregos e negócios promovidas pela habilidade dos "placeentrepreneurs" e a aliança com o Terceiro Setor. Na maioria dos modelos de regeneração urbana com base cultural, as populações desfavorecidas são alijadas do processo, sendo remanejadas para outros locais como medidas de higienização dos espaços.

Promovem-se, desta forma, uma segregação espacial e a demarcação de áreas para o deleite ou desfrute de determinados grupos sociais. Além da valorização do aspecto visual e estético dos bairros e zonas requalificados, fenômeno denominado de gentrificação ou enobrecimento, destaca-se, como parte integrante desse processo, o aumento da especulação imobiliária.

Nessa direção, infere-se, com base nas considerações de Harvey (2006) sobre a aceleração do tempo-espaço e a acumulação do capital nos territórios, que os gestores das cidades contemporâneas promovem projetos urbanos com o objetivo de disseminar uma imagem positiva no mercado; a arquitetura assume um caráter espetacularizado no intuito de atrair capital e pessoas:

O resultado, naturalmente, é dar a impressão de que a cidade do futuro será uma cidade apenas de atividades de controle e comando, uma cidade informacional, uma cidade pós-industrial, em que a exportação de serviços (financeiros, informacionais, produção de conhecimento) se torna a base econômica para a sobrevivência urbana (Harvey, 2006, p.177).

A aceleração do tempo e do espaço é operacionalizada a partir de investimentos públicos e privados em determinados fatores de produção – infraestrutura urbana, alocação de equipamentos culturais e de lazer, entre outros – que tornam possível a apropriação dos espaços e a criação de uma ambiência que gera valor a ser distribuído no mercado. Ao discutirem acerca



do processo de mercantilização do patrimônio histórico e cultural da cidade de Ouro Preto (MG), Ferreira e Teixeira da Silva (2023) assinalam que as cidades históricas são capitaneadas como bens simbólicos pelo Estado e pelo capital, submetendo-se à lógica empresarial de produção dos espaços urbanos para fins mercadológicos.

De acordo com os autores, a associação entre o planejamento estratégico e as políticas urbanas revela uma gestão neoliberal do território, ocasionando desigualdades territoriais e acirrando as contradições socioespaciais. O retorno ao passado, propagado pelo marketing institucional e turístico, o remanejamento da população empobrecida que habita essas áreas para localidades mais distantes e a possibilidade de manutenção do *status quo* daqueles que transitam no espaço renovado pelo capitalismo são alguns dos fatores que colaboram para a lógica empreendedora que culmina na mercantilização dos espaços. Tais relações foram esquematizadas a seguir:



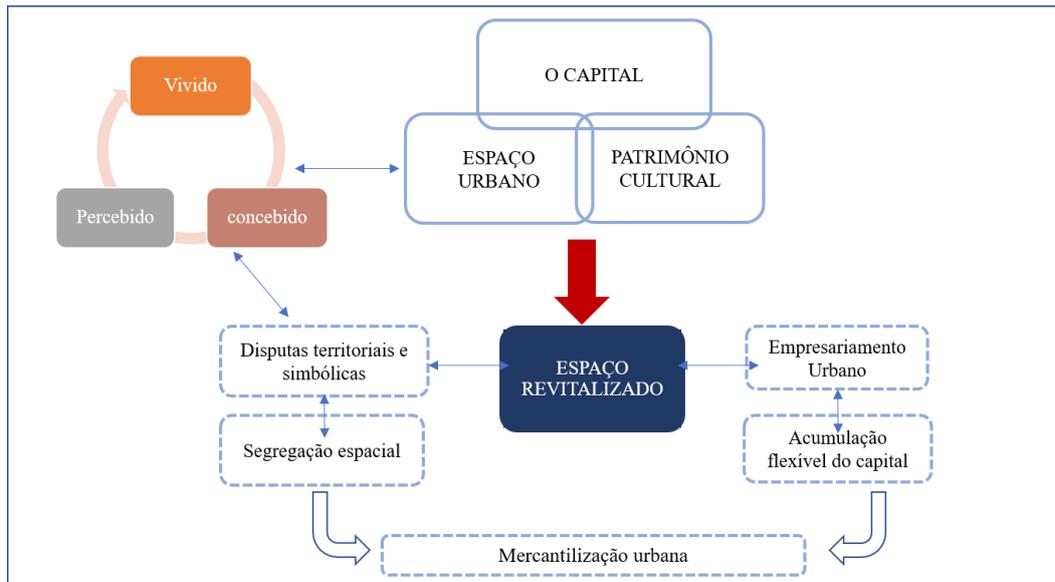


Figura 2. Dinâmica do espaço gentrificado.

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Assim, à noção de território usado (Santos, 1996), se sobrepõe a de “território da ação estratégica” (Ribeiro, 2003), moldado pelas feições globalizadas, homogêneas, empobrecidas de experiências e da participação ativa dos moradores nas decisões que impactam a sua realidade cotidiana. A mercadorização dos espaços urbanos transformam as cidades em locais propícios para a acumulação de capital, valorizando as trocas comerciais de bens simbólicos (a arte popular, as festas e tradições que emanam nos territórios), em detrimento do seu uso social, o qual se sustenta nos laços de solidariedade, afetividade e no sentimento de pertencimento.

A dialética entre o local/global, presente nas estratégias de revitalização dos centros históricos, é atravessada por conflitos decorrentes da gentrificação do patrimônio histórico-cultural e dos usos e apropriações cotidianas por parte dos moradores. Como exemplo deste cenário, destacam-se as dinâmicas que ocorrem no centro histórico de São Luís. A seguir, apresentam-se a metodologia da pesquisa e alguns apontamentos que emergem das reflexões iniciais sobre alguns dos principais desafios presentes nas políticas patrimoniais locais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa a qual, de acordo com Sampieri *et. al* (2013), possui como objetivo o aprofundamento das informações sobre um determinado fenômeno, buscando compreender as opiniões, ideias, significados e experiências. Este enfoque também pode ser aplicado quando o tema ainda é pouco explorado ou apresenta um repertório limitado de informações, a fim de que o pesquisador, num percurso exploratório, levante hipóteses e estabeleça relações e inferências provisórias.

O estudo de caso qualitativo foi o método adequado aos propósitos desta pesquisa, uma vez que se pretendeu tecer uma reflexão acerca de um fenômeno – os efeitos da revitalização nos usos do patrimônio histórico no contexto contemporâneo –, o que permitiu aos investigadores terem “uma perspectiva holística do mundo real” (Yin, 2015, p. 4). A operacionalização de um estudo de caso único pressupõe uma coleta pormenorizada e em profundidade, envolvendo múltiplas fontes de informação, cujo resultado consiste numa descrição detalhada– holística ou incorporada (aborda um aspecto específico do caso) e temas do caso (Creswell, 2014).

Para este trabalho, empreendeu-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, complementadas por observações diretas nos bairros da Praia Grande e Desterro, escolhidos por possuírem uma maior movimentação turística no centro histórico. Na elaboração do quadro teórico, inicialmente, a pesquisa bibliográfica nas bases de dados *Scielo* e no Portal do Periódicos da Capes identificou a bibliografia que possuía maior aderência à temática, ao tempo em que possibilitou a compreensão dos principais conceitos do estudo. No processo de levantamento bibliográfico utilizaram-se os seguintes termos: “patrimônio histórico”, “revitalização”, “centro histórico”, “comunidade”, “turismo cultural” e “impactos”.



Nesse particular, o território emerge como categoria norteadora de discussão e análise, baseado nas contribuições teóricas de Santos (2000) e Ribeiro(2003), quando os autores abordam os conceitos de território usado e território espetacularizado. À estas categorias foram acrescentadas a categoria da patrimonialização, na perspectiva de Almeida (2017) e da gentrificação, amparada teoricamente em Peixoto (2000) e Lima (2014).

No que concerne ao âmbito da pesquisa documental, analisou-se o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de SãoLuís [PPRCH/SL], em termos de objetivos, estratégias e ações realizadas, de acordo com as fases no qual o referido programa se materializou, buscando mensurar os efeitos das políticas nos usos do patrimônio histórico por meio de observações diretas e sistemáticas, realizadas no mês de julho do ano de 2022. Utilizou-se roteiro sistemático de observação baseado nas diretrizes constantes do Programa de Revitalização do Centro Histórico, a partir do qual observaram-se os seguintes aspectos: usos sociais do patrimônio histórico, diversificação das atividades, conservação do acervo e impactos socioeconômicos e culturais. O diálogo entre as evidências empíricas e o referencial teórico adotado no estudo auxiliou na compreensão da dinâmica atual do centro histórico e da caracterização dos desafios do processo de revitalização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Notadamente, a preservação do conjunto arquitetônico da cidade como local de concentração de atividades e pessoas é uma relação que envolve fatores e conflitos políticos, econômicos e sociais, e que fica evidente na definição de cidade como “espaço de confrontação de interesses variados e múltiplos” (Serra, 1991, p. 74). Nesse ínterim, a proposta de revitalização do centro histórico de São Luís significou não somente uma reformulação na estrutura física do local, como também na reorganização do modo de vida



dos moradores tradicionais. As reformas e restaurações das edificações coloniais carregam em si uma proposta de reconfiguração que se ancorou sob o signo da civilidade e da higienização, inserido em uma dimensão ideologicamente política e empresarial.

Uma análise preliminar dos documentos que abalizaram o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís revelou a importância conferida pelos representantes oficiais de patrimônio à dimensão tangível ou material do acervo arquitetônico, expressa por meio de decretos, tombamentos, recuperação de imóveis e ações de fiscalização junto aos monumentos edificados.

O patrimônio funcionou, inicialmente, como um mecanismo de construção simbólica de afirmação de uma identidade local que não contemplava a pluralidade cultural, configurando-se como recurso para criar uma ideia unilateral de unidade coletiva. Notou-se a importância conferida a algumas áreas e o descaso com que outras áreas foram tratadas, sendo que ambas estavam protegidas pela legislação; isto ocorre devido ao interesse político, econômico e principalmente turístico, que cidades como São Luís recebem.

Ao adquirir a outorga de cidade patrimônio, São Luís tornou-se um importante núcleo receptor de turistas, posto que nela podem ser encontrados aspectos que a tornam única, original: as características tipológicas, os estilos das construções, as particularidades gastronômicas e as manifestações culturais locais. A promoção de atividades de cunho turístico que se seguiram ao projeto Reviver, tencionaram a inserção deste território no mercado turístico em vias de expansão, enquanto alternativa para reduzir o processo de recessão econômica e do relativo abandono da área, estimulando, assim, a renovação do espaço urbano por intermédio do turismo.



Como resultado do processo de valorização turística, a área vem sofrendo um processo de enobrecimento ou gentrificação visando à sua inserção na lógica de consumo do mercadoturístico globalizado, no qual alguns locais se tornam atrativos, notadamente para estrangeiros de alto poder aquisitivo. Constatou-se a valorização de determinados bens patrimoniais em locais estratégicos, o remanejamento da população tradicional para locais mais afastados da área considerada turística – o bairro da Praia Grande, assim como o escamoteamento das intempéries sociais e econômicas presentes no entorno dos bens culturais. Na visão de Choay (2001), essa estratégia desencadeia uma *mise-en-scène*, que implica, nesse caso, numa imagem exacerbada, implicitamente maquiada e, portanto, estilizada do patrimônio cultural.

A implantação desses modelos de intervenção proporciona novos usos aos espaços, além de ocasionar a sua gentrificação, uma vez que o fenômeno de valorização eleva os preços de inúmeros serviços, transformando a área em um importante segmento comercial da urbe em detrimento do uso habitacional (Santos, Marques & Leite, 2022).

A transferência da população tradicional para outras áreas do centro histórico enfatiza o caráter turístico atribuído ao local, com a formalidade nas relações comerciais envolvendo comerciantes e grupos de turistas, além de se verificar o intenso policiamento no local. Esses aspectos contrastam com os elementos de convivialidade social que predominam nos demais locais de interesse turístico da cidade. Grande parte dos casarões coloniais se tornaram sedes de órgãos das administrações públicas estaduais e municipais, ou foram refuncionalizados, passando a abrigar equipamentos relacionados ao turismo, tais como agências de viagens, casas de cultura e museus, bares, restaurantes, lojas de artesanato e *souvenirs*, reduzindo o seu uso social e recreativo.



Outro aspecto que demonstra como uma gestão desarticulada do patrimônio histórico pode ocasionar interferências negativas para os moradores, refere-se à priorização das reformas e melhorias que são feitas nas fachadas e nas ruas, deixando de lado os interiores das casas e os locais mais afastados das visitas turísticas. A reconstrução simbólica do espaço e do tempo na área revitalizada se contradiz com a situação da maioria dos moradores tradicionais que não possuem os recursos necessários para manterem a conservação do patrimônio edificado, contribuindo para reduzir a qualidade de vida da comunidade (Figura 3).



Figura 3. A) Rua do Giz; B) Praça Benedito Leite; C) Praça João Lisboa D) Rua Portugal.

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Neste mecanismo de atratividade, remodela-se o espaço urbano para atender às necessidades da demanda turística. O embelezamento e a higienização do local, comuns em áreas que sofreram processos de revitalização, contribuem para acentuar a privatização do patrimônio cultural urbano. Incidem-se, também, junto aos grupos sociais que apresentam características que não se adequam às novas funções dos centros históricos valorizados, como por exemplo, os vendedores informais ou ambulantes e os *hippies*.

Estes sofrem constantes processos de fiscalização de suas atividades pelos órgãos da prefeitura municipal e, em alguns casos, são retirados ou

transferidos para outras áreas a fim de evitar maiores transtornos para os turistas e visitantes (Silva, 2009). Ocorre uma delimitação do espaço urbano para a prática de atividades turísticas, com a concentração de atividades, produtos e serviços culturais e a seleção de monumentos e bens patrimoniais que podem se transformar em objetos do olhar do visitante.

Embora no âmbito do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico [PPRCH] as ações socioeducativas e de inclusão social fossem previstas, as intervenções realizadas durante esse período restringiram-se à restauração de prédios históricos; as propostas de sensibilização comunitária e de educação patrimonial, quando efetivadas, se revelaram ações pontuais que necessitavam uma maior sistemática, assim como de uma gestão compartilhada entre os órgãos públicos, o empresariado e a comunidade local, com vistas à conservação e manutenção da integridade do patrimônio cultural de São Luís. No que concerne à necessidade de inserção da comunidade nos mecanismos de gerenciamento dos bens patrimoniais revitalizados, a ausência de uma participação efetiva da comunidade incide nas práticas de preservação impetradas ao acervo arquitetônico pelos residentes.

Apesar de as diretrizes do Programa de Revitalização incluírem aspectos importantes no que concerne à promoção do desenvolvimento socioeconômico local, a eficácia não foi alcançada; a questão habitacional, um dos componentes do programa de revitalização, não foi resolvida (Guedes, 2001). Torna-se ainda expressivo o número de mendicantes e de famílias morando em prédios deteriorados e em condições degradantes. Constatou-se, por meio das observações realizadas, a existência de imóveis depredados, abandonados pelos antigos moradores e que poderiam ser revitalizados por meio de uma política urbanística de cunho social, turístico e cultural, com repercussões positivas na revalorização daquele espaço urbano (Figura 4).





Figura 4. Imóveis em situação de deterioração
Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Ressalta-se que no ano de 2019 foi instituído o Programa Nosso Centro pelo Governo do Estado do Maranhão, consoante ao Decreto nº 34.959, de 26 de junho, e que tem por objetivo tornar “o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural ao mesmo tempo em que promove o centro da cidade de São Luís como espaço democrático” (Maranhão, 2019). Dentre os projetos inseridos neste programa, destaca-se o “Habitar no Centro”, instituído por meio da Lei Estadual nº10.997, de 29 de março de 2019, com o bjetivo de promover a habitação social na região central da cidade de São Luís, bem como promover melhorias das moradias já existentes.

Desta forma e, retomando às análises sobre a produção dos espaços urbanos em Milton Santos (1996), pode-se fazer uma associação entre as

políticas patrimoniais em São Luís e a construção de espaços luminosos e espaços opacos. Os primeiros seriam os espaços criados pela lógica do capitalismo global, são espaços do consenso, homogêneos, de produção e consumo capitalista. O outro diz respeito ao espaço dos conflitos, aproximativos, apropriados de forma criativa pela comunidade e que obedecem a outra racionalidade, a da ação social, cartografada pelas experiências mais densas dos atores sociais com o espaço urbano. Ele representa a possibilidade de resistência, de novos usos e ocupações do espaço, ressignificando-o, pois nele coexistem a diversidade, as sinergias comunitárias e, com elas, os processos de transformação social:

É preciso extrair outro cotidiano, não aquele que é mascarado no espetáculo, que tem a função explícita de esvaziá-lo, e expor o próprio esvaziamento. A totalidade deve ser buscada nas formas que a pobreza produziu, aí reside a possibilidade do enriquecimento da vida cotidiana. O cotidiano que prepara a revolução está encerrado no conforto, nos lazeres, em tudo que destrói a imaginação (Velloso, 2016, p.3).

Essa revolução ocorre, por exemplo, nas ocupações artísticas de coletivos existentes no centro histórico e que favorecem o exercício da criatividade e da cidadania (Figura 5); nos projetos realizados pela associação de moradores que valorizam a memória da cidade por meio de ações de educação patrimonial e de inclusão social. Reverbera no ritmo dos brincantes do Tambor de Crioula, manifestação cultural de origem africana e que tem neste território um espaço de afirmação identitária, dentre outras iniciativas.





Figura 5. Oficina realizada pelo coletivo O circo tá na Rua.
Fonte: Facebook (2022).

Nessa direção, Ribeiro e Balsan (2023) destacam a importância da educação patrimonial como ferramenta didático-pedagógica que permite o reconhecimento da importância e a consequente apropriação do patrimônio cultural pelos moradores. A interface entre a educação patrimonial e o turismo pedagógico surge também como uma importante estratégia que revela os sentidos e os significados dos espaços patrimonializados, além de contribuir para a formação cidadã.

Na esteira dessa reflexão, Ramos (2019), discute os entraves da reabilitação do centro histórico de Penedo (AL), abordando o processo de ativação patrimonial como estratégia que compatibiliza os usos turísticos e a sustentabilidade do patrimônio cultural por meio da conjugação de esforços entre a gestão pública e a comunidade local. De acordo com a autora, a interpretação dos bens patrimoniais consiste em uma estratégia de desvelamento dos significados do patrimônio cultural de modo promover sentimentos e atitudes conservacionistas. A importância do planejamento interpretativo e integrado do patrimônio cultural é capaz de promover os sentimentos de pertencimento da comunidade e vivências significativas aos turistas, ampliando as possibilidades de um desenvolvimento sustentado ao longo prazo.

Defende-se, portanto, o uso do conceito de território usado, praticado, experienciado pelos moradores como componente fundamental para o desenvolvimento de base local, cultural e natural, sob a égide da cooperação, da solidariedade, das lutas e das resistências políticas, da forma como propugna Santos (2018). Seguindo este mesmo direcionamento, Seixas e Costa (2011, p.78) argumentam que os espaços alternativos/emergentes são apropriados por classes sociais e caracterizados por uma elevada diferenciação, como os artesãos e imigrantes, convivendo em “ espaços intersticiais/expectantes da cidade institucional e urbanística, com rendas baixas”.

A revitalização não se refere apenas à manutenção de conjuntos arquitetônicos, de modo a conservar a sua integridade física, mas atua, na capacidade de inseri-los na dinâmica urbana, revestindo os de de novos valores. Na visão de Fonseca (2017, p. 34), as políticas de preservação precisam ir além da concepção técnica, pois

[...] Abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades direcionadas à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação.

Nesse viés, a atividade turística, com suas múltiplas interfaces, pode colaborar na incorporação dos moradores nas instâncias locais de poder, dialogando com os preceitos de uma sociedade democrática e da prática da cidadania, ideia contida no conceito de desenvolvimento com base local, o qual alicerça os referenciais a partir de uma leitura do e para o território,



com suas contradições, relações de poder, luta de classes, ideologias, simbolismos e manifestações políticas.

O objetivo consiste em valorizar os diferentes patrimônios e os conteúdos simbólicos que a eles se associam, “que podem ser estruturas arquitetônicas urbanísticas, objetos, atividades, mas existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais” (Gonçalves, 2007 p. 153). Implícito nesse processo reside a necessidade de democratizar o direito à memória e à preservação dos patrimônios de grupos sociais específicos; valorizar os espaços sagrados e profanos, reconhecidos pelas comunidades como legado herdado dos seus antecessores, lugares relacionais, que enunciam memórias presentes e passadas, relevantes por se constituir em espaços de cidadania cultural. Locais onde as memórias e histórias até então silenciadas, encontram mecanismos de legitimação nas propostas de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Em oposição à perspectiva economicista centrada na competitividade e no consumismo globalizado das cidades, surge uma alternativa mais humana e politicamente crítica de se construir propostas de gestão participativa, que prioriza as relações socioespaciais dos atores sociais. Na perspectiva de Bertacchini (2011, p.73) “[...] o maior desafio, como era de se esperar, é encontrar um equilíbrio entre as abordagens *top-down* e *bottom-up*, entre explorar germes preexistentes de vitalidade cultural e introduzir na ecologia urbana novas sementes promissoras, embora ainda não adaptadas”.

Estas reflexões vão ao encontro dos novos paradigmas de desenvolvimento centrado na escala humana e que buscam a formação do capital humano e social, o desenvolvimento produtivo do território e uma gestão participativa nas suas interdependências e complementaridades na busca de um projeto comum. O desenvolvimento local é um processo de mobilização e articulação das estruturas políticas, sociais, econômicas e ambientais de certo território (país ou região) a partir das suas potencialidades



es inergias comunitárias, com vistas ao alcance de certos propósitos, tais como a igualdade, o crescimento e a sustentabilidade.

O desenvolvimento em escala local atende aos interesses e expectativas dos atores sociais, ao tempo em que potencializa as características territoriais e as relações de reciprocidade numa vertente contrahegemônica ou solidária, na qual movimento, processo, mudança e libertação estão relacionados. Para que a atividade turística traga benefícios não somente para o turista/visitante, mas para a população local, é preciso que haja um bom planejamento não somente das atividades em si, mas que garanta formas de acesso aos espaços destinados a tais atividades.

Segue-se o entendimento de Harvey (2012), que enfatiza que quando pensamos o tipo de cidade que queremos, este não pode estar destituído dos laços sociais, da relação com a natureza, dos estilos de vida, tecnologias e valores estéticos. Com isso, o autor reitera que o direito à cidade se pauta na coletividade, na participação social e na cidadania.

Dessa forma e, considerando o espaço urbano como um sistema funcional dotado de organicidade, entende-se que as ações de planejamento e gestão urbana no centro histórico de São Luís implicam o uso de alternativas eficazes para promover a integralidade do patrimônio cultural, compatibilizando-o com as demandas contemporâneas, com o objetivo de formular e implantar alternativas viáveis para a promoção do desenvolvimento endógeno e integrado a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo consistiu num esforço analítico para se pensar os espaços urbanos diante das novas relações engendradas pelo modo de produção capitalista. Discutiu-se, a partir do estudo de caso do centro histórico da cidade de São Luís, Maranhão, os conflitos existentes entre a



necessidade de conservar o patrimônio histórico de modo a atender às demandas comunitárias, e as novas dinâmicas ocasionadas pela dinâmica turística.

Como resultados desse processo, destaca-se que o empresariamento urbano atrai investimentos para a manutenção de centros históricos, transformando as cidades em espaços de exposição, cidades-espetáculo ou cidades-mercadoria. A pesquisa realizada trouxe ainda uma breve reflexão sobre os impactos decorrentes das intervenções no centro histórico de São Luís, notadamente os conflitos entre os diferentes usos e apropriações daquele espaço.

No cerne do planejamento e da gestão urbanas, a revitalização refere-se a um conjunto de ações e estratégias de revigoração e da busca pela vitalidade das áreas urbanas, contemplando aspectos sociais, econômicos, culturais e físico-territoriais, através de variados mecanismos de controle e fomento dos processos urbanos. Sendo assim, essas temáticas podem ser alvo de estudos no sentido de avançar os debates e as reflexões acerca dos processos de renovação urbana.

Considerando a dimensão temporal da pesquisa de campo, esta restringiu-se ao levantamento e a análise de dados secundários sobre o processo de patrimonialização do centro histórico de São Luís. Em vista disto, não foram obtidas informações junto aos representantes dos órgãos de patrimônio e cultura e dos moradores que vivenciam a dinâmica turística do centro histórico.

Para pesquisas futuras, sugerem-se estudos voltados à percepção dos gestores públicos e privados sobre as estratégias de revitalização, a participação dos moradores no processo de planejamento e gestão urbanas do centro histórico da cidade, bem como à construção de territórios turísticos em áreas patrimonializadas.



REFERÊNCIAS

- Almeida, M. F.de. (2017). *Processos urbanos de patrimonialização mundial: espaços de contradição e ressignificação dos tecidos urbanos patrimoniais*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Carlos. Recuperado de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-12012018-104350/pt-br.php>.
- Arantes, O. B. F. (2007). Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. Arantes, O. B. F., & Vainer, C. V. M., E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 11-74.
- Carlos, A. F. A., Santos, C. S., & Alvarez, V. I. P.(Orgs.).(2018). *Geografia Urbana Crítica. Teoria e Método*. São Paulo: Contexto.
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Porto Alegre: Penso.
- Bertacchini, E. (2011). Da regeneração Urbana à cidade criativa: o papel das políticas culturais na cidade de Turim. Reis, A. C. F., & Kageyama, P. (Orgs.). *Cidades Criativas*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative Cities Productions, 70-77.
- Ferreira, E. A. M., & Teixeira-da-Silva. R. H. (2023). Turismo e patrimônio no município de Ouro Preto/MG: desigualdades territoriais e contradições socioespaciais circundantes aos valores histórico-culturais. *Caderno Virtual de Turismo*, 23(1), 92-107. DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.23n1.2023.2065>.
- Guedes, K. D. B. (2001). *Políticas de Preservação do Centro Histórico de São Luís*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Fonseca, M. C. L. (2017). *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Lefebvre, H. (2013). *La Producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing.
- Maranhão. Lei Ordinária nº 0.506/2016.2016. Recuperado de: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4450#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.506%2C%20DE%206,obras%20vinculadas%20ao%20referido%20programa>.



- Peixoto, P. (2000). *O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. Oficina do Centro de Estudos Sociais, n.155.
- Ramos, S. P. (2019). Desafios do planejamento e desenvolvimento do turismo cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo-Alagoas. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180075. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180075>.
- Ribeiro, A. C. T. (2003). Pequena Reflexão sobre Categoria da Teoria Crítica do Espaço, Território Usado, Território Praticado. Ribeiro, A. C. T. *Território Brasileiro, Usos e Abusos*. Edições Territorial. Campinas.
- Ribeiro, L. J. G., & Balsan, R. (2023). Projeto roteiro geo-turístico em Porto Nacional (TO): Percepção e interpretação do lugar. *Revista de Cultura e Turismo – CULTUR*, 17(1), 1-25. DOI: <https://doi.org/10.36113/cultur.v17i1.3603>.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo.
- Santos, M. (1999). O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, ano XIII, n.2, agosto/dezembro.
- Santos, S. R., Marques, M.A., & Leite, A. R. L.(2022). Intervenções e usos turísticos do patrimônio histórico: o caso da rua Portugal em São Luís (Maranhão, Brasil). *Revista Turismo & Sociedade*, Curitiba, 15(2), 240 -260. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ts.v15i2.83834>.
- Seixas, J., & Costa, P. (2011). Criatividade e governance na cidade. A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares. *Cad.Metrop*, 13(25), 69-92.
- Soares, A. dos S., & Azevedo, F. F de. (2020). Turismo e território no município de Maragogi-AL, Brasil: Processo de participação social e o desenvolvimento local. *Revista Rosa dos Ventos*, 12(1), 1-15.
- Sombra, D. B., Masullo, Y. A. G., & Lopes, J. A. V. (2002). Dinâmica habitacional do centro historic de São Luís, Maranhão: Análise da efetividade do programa Cheque minha casa. *Ciência Geográfica*, Bauru, XXV-Vol.XXV-(4), 1290-1308.
- Vainer, C. B. (2000). As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. *Encontro Nacional da Anptur, Anais...* Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ.



Yin, R. K. (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

